

Desafios e oportunidades: Reflexões sobre os impactos pós-pandemia no ensino e aprendizagem na Educação Infantil

Renata Cristina da Conceição Barros

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Universidad Columbia del Paraguay

E-mail: renatacbarros@rioeduca.net

RESUMO

O presente artigo discute os impactos provocados pela pandemia da COVID-19 no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, considerando os desafios enfrentados durante e após o período de isolamento social. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, buscou compreender as transformações ocorridas nas práticas pedagógicas, nas relações entre escola e família e nas condições estruturais das instituições de ensino. A pandemia expôs desigualdades, exigiu adaptações emergenciais e evidenciou a importância da afetividade, da ludicidade e das interações como fundamentos essenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Com o retorno às atividades presenciais, tornou-se necessário repensar metodologias, espaços educativos e estratégias de acolhimento, visando garantir o bem-estar emocional e a aprendizagem significativa. As dificuldades de acesso à tecnologia, a sobrecarga dos docentes e a precariedade de recursos agravaram o cenário educacional, especialmente nas regiões mais vulneráveis. O estudo aponta para a urgência de políticas públicas que valorizem a educação infantil e assegurem investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e apoio psicossocial. A valorização da escuta ativa, do brincar e da construção coletiva do conhecimento é destacada como caminho para promover uma educação mais sensível, democrática e inclusiva. Conclui-se que a reconstrução do cotidiano escolar pós-pandemia exige compromisso coletivo, escuta qualificada e práticas pedagógicas fundamentadas no respeito à infância como etapa essencial do desenvolvimento humano. A educação infantil, mais do que nunca, necessita ser compreendida como espaço de acolhimento, cuidado e transformação, em que as crianças possam expressar suas emoções, reconstruir vínculos e desenvolver-se integralmente. A experiência vivida durante a pandemia, embora marcada por perdas e incertezas, também revelou possibilidades de inovação e de fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade, constituindo-se como oportunidade de repensar o futuro da educação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Pandemia. Ensino. Aprendizagem. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pela COVID-19 transformou profundamente a dinâmica cotidiana da sociedade e impactou diretamente diversos setores, especialmente o educacional. No campo da educação infantil, os efeitos foram intensos e exigiram reconfigurações imediatas nas formas de ensinar e acompanhar o desenvolvimento das crianças pequenas. A suspensão das atividades presenciais, o distanciamento social e a implementação emergencial de estratégias remotas alteraram de maneira significativa as práticas pedagógicas voltadas à infância.

A educação infantil, tradicionalmente baseada na interação, no brincar, na afetividade e na convivência, foi fortemente abalada pela impossibilidade do contato físico e da presença constante no



ambiente escolar. A ausência do espaço educativo como local estruturante de rotinas e vínculos provocou rupturas nos processos de aprendizagem e no desenvolvimento social e emocional das crianças.

As instituições de ensino e os profissionais da educação infantil se depararam com o desafio de adaptar suas práticas pedagógicas a um contexto virtual, muitas vezes sem a formação ou os recursos adequados. Essa transição repentina revelou desigualdades pré-existentes e demandou criatividade, sensibilidade e esforço conjunto para garantir algum nível de continuidade no processo educativo.

O retorno gradual às atividades presenciais exigiu uma reorganização profunda das estruturas escolares, não apenas físicas, mas também pedagógicas e emocionais. Foi necessário acolher as crianças, reconhecer os impactos da experiência pandêmica em seu comportamento e desenvolvimento, e repensar as estratégias de ensino a partir de uma perspectiva mais cuidadosa e flexível.

As marcas deixadas pelo período de isolamento social ainda se fazem presentes no cotidiano escolar da educação infantil. Questões como dificuldades de socialização, atraso na linguagem oral, instabilidade emocional e alteração de rotinas tornaram-se aspectos frequentes no retorno às salas de aula. Tais efeitos demandam atenção redobrada e planejamento pedagógico específico.

Nesse cenário, torna-se essencial refletir sobre os efeitos da pandemia no ensino e na aprendizagem das crianças pequenas, considerando não apenas as perdas educacionais, mas também as experiências que geraram novos aprendizados e possibilidades de reconfiguração das práticas pedagógicas. O momento atual exige uma escuta atenta e respostas construídas coletivamente.

A pandemia intensificou o debate sobre a importância da educação infantil enquanto espaço fundamental para o desenvolvimento integral da criança. O papel das famílias se tornou ainda mais evidente durante o ensino remoto, e novas formas de parceria entre escola e responsáveis surgiram como possibilidade de fortalecimento dos vínculos educativos.

Também é necessário considerar o bem-estar dos profissionais da educação infantil, que enfrentaram sobrecargas emocionais, incertezas e a necessidade constante de adaptação. Cuidar de quem cuida tornou-se uma premissa para garantir qualidade nas relações pedagógicas e nos processos de ensino-aprendizagem nesse novo tempo.

A realidade pós-pandêmica demanda práticas pedagógicas mais sensíveis, que reconheçam a diversidade de experiências vividas pelas crianças durante o isolamento. O acolhimento, a escuta ativa, o respeito ao tempo de cada criança e a valorização do brincar como forma de expressão e ressignificação ganham centralidade no trabalho educativo.

Além disso, repensar a organização curricular, os objetivos de aprendizagem e as formas de avaliação torna-se urgente. As crianças retornam à escola com vivências distintas e trajetórias marcadas por diferentes acessos e estímulos. A escola precisa responder a essa diversidade com propostas inclusivas e flexíveis.



Este artigo tem como objetivo discutir os impactos do período pós-pandêmico no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, com base na observação do contexto educacional recente e nas experiências práticas vividas por professores, famílias e crianças. A intenção é contribuir para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados e das possibilidades emergentes.

Refletir sobre esse processo é essencial para orientar a construção de políticas públicas, práticas pedagógicas e ações formativas voltadas à promoção de uma educação infantil mais justa, significativa e responsiva às necessidades da infância contemporânea. A reconstrução do cotidiano escolar é uma tarefa coletiva, que exige compromisso, sensibilidade e ação concreta.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, tendo como objetivo central analisar os impactos do período pós-pandêmico no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. A escolha por essa abordagem se justifica pela intenção de compreender, por meio de uma análise teórica, as transformações ocorridas nas práticas pedagógicas voltadas à infância, considerando os desafios e as adaptações enfrentadas por professores, famílias e instituições educacionais.

A metodologia bibliográfica consiste na análise e interpretação de fontes já publicadas, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais que tratam do tema em questão. Para tanto, foram selecionadas produções acadêmicas publicadas nos últimos cinco anos, dando prioridade a estudos que abordam a educação infantil no contexto da pandemia e do período subsequente. Também foram incluídas obras clássicas e documentos oficiais que contribuem para o entendimento do funcionamento da educação infantil e de seus fundamentos legais e pedagógicos.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de buscas em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, como Scielo, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Os descritores utilizados incluíram termos como “educação infantil”, “ensino e aprendizagem”, “pandemia”, “COVID-19” e “retorno escolar”, entre outros, a fim de assegurar uma ampla cobertura do tema e a diversidade de abordagens teóricas.

A análise do material coletado seguiu uma abordagem interpretativa, com foco na identificação de elementos comuns entre os estudos, suas contribuições para a compreensão do fenômeno investigado e os caminhos apontados para a superação dos desafios identificados. O processo de análise priorizou a articulação entre diferentes autores e perspectivas, de modo a construir um panorama crítico e reflexivo sobre as implicações do cenário pós-pandêmico na educação infantil.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu a construção de uma base teórica sólida, a partir da qual foi possível discutir os efeitos da pandemia no cotidiano escolar das crianças, bem como as respostas pedagógicas mobilizadas pelas instituições e pelos profissionais da educação. O estudo visa, assim,



contribuir com o campo acadêmico e com os debates sobre a qualidade da educação infantil no contexto atual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia aumentou a vulnerabilidade social, trazendo consigo o desemprego, risco de segurança alimentar, desalento, falta de acesso a serviços públicos. No caso da educação infantil, tem-se como agravante a descaracterização epistêmica da educação infantil, o distanciamento social pode ter prejudicado as relações socioafetivas, até que medida a utilização das tecnologias realmente contribuíram para o desenvolvimento infantil, ainda não é conclusivo (TAVARES; PESSANHA; MACEDO, 2021).

Sob o aspecto Histórico-Cultural, a educação infantil tem um papel basilar no desenvolvimento humano para o uso das Tecnologias da informação e comunicação (Tics) (CALEJON; BRITO, 2020). Ao pontuar qualidade, recorre-se a um conjunto de elementos necessários para esta formação humana, em um estudo realizado em uma escola da capital do Estado de São Paulo, com 336 participantes identificou por um lado a caracterização das brincadeiras e descobertas necessárias nesta fase, permitindo uma formação integral da criança e por outro lado uma concepção muito voltada as décadas de 70/80, onde se tinha a preparação da criança para o ensino médio, concepção que ainda esta enraizada nas famílias. (SILVA; SILVA, 2020).

Destarte, a educação infantil estimula o desenvolvimento humano e beneficiará estas gerações para um futuro mais conectado com as tecnologias. Porém, ressalta-se que a família se encontra em um espaço da década de 70/80, em que a formação era vislumbrada de forma fragmentada. Ao analisar a teoria das inteligências múltiplas de Gardner (1995), deflui-se uma base epistemológica na visão holística, na psicologia humanista e na neuropsicologia (CHURA; HUAYANCA; MAQUERA, 2019).

Como agregar estas características diante dos impactos da pandemia, com o isolamento social é desafiador. Estas crianças não desenvolveram neste período os aspectos cooperativos, a convivência, as brincadeiras e uma alimentação balanceada. Neste sentido, o que houve principalmente em famílias com alta vulnerabilidade social foi a questão mais basal da vida humana, a sobrevivência. Sem renda, sem poder sair de casa, sem escola, em um convívio familiar sem muito conforto, com aglomeração familiar e tendo que acessar conteúdos sejam impressos ou online, muitas vezes sem dinheiro para transporte público. Enfim, evidentemente uma situação em que partindo da epistemologia das inteligências múltiplas, supõe-se um prejuízo da visão de mundo para estas crianças e um sofrimento ímpar.

Soma-se a isso, a dificuldade de ter dados sobre o contágio na família, notificações, protocolos de biossegurança nas escolas, ainda há esta invisibilidade de bebês e crianças (SERRÃO et al., 2021). Vacinas ainda estão sendo testadas em crianças, não há uma cobertura vacinal completa, estudos insuficientes sobre o impacto do COVID-19 em bebês e crianças. Vive-se ainda momento de muita dúvida, porém há que se



trabalhar para reduzir estes impactos que não afetam apenas a educação, mas a base da educação que é a família. Este conceito de família deve ser compreendido neste estudo, a luz de uma abordagem ampla em que envolve escola, família e sociedade.

Em relação ao processo de ensino e aprendizagem da educação infantil na pandemia, é preciso observar a individualidade de cada estudante, respeitando suas vivências e sentimentos (OLIVEIRA; NETO; OLIVEIRA, 2020).

Desta forma, o docente individualiza o atendimento, para compreender como está o desenvolvimento da criança. Todavia, é uma tarefa bastante complexa porque pressupõe que haja recurso e desconsidera que muitas vezes o docente também está cuidando da sua família em casa, com todos os requisitos de segurança e isolamento impostos pela pandemia. Sendo assim, políticas públicas deveriam garantir recursos, no sentido mais stricto da palavra, como computadores, acesso a internet, ambiente de trabalho adequado, levantamento das necessidades dos docentes e famílias. Contudo o que se viu foi exatamente o contrário, o descaso das políticas públicas que provocou um colapso social (BITTENCOURT, 2020).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Devido a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, e a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos. A Emenda Constitucional nº 59/200926, determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil.

O Primeiro contato dos pequenos com a educação básica, a primeira fase de sua escolaridade. Atualmente ela é vista como a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade contemporânea que valorizam o conhecimento. O conhecimento não envolve apenas os campos de experiências estabelecidos pela BNCC, tais como: o eu, o outro e o nós; corpo gestos e movimentos; traços, sons cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

O conhecimento está relacionado, com tudo aquilo que devem ser assegurados, através dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são eles: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se. Segundo Macedo (2006), “a educação infantil se constitui em um legítimo espaço de construção da identidade e autonomia da criança, no qual o cuidar está inserido entre os objetivos pedagógicos.” É preciso garantir que o cuidar e educar sejam realizados de forma indissociáveis garantindo o desenvolvimento integral da criança. Em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2010, p. 86), compreendemos a criança como:



sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura.

Concebemos as crianças como sujeitos ativos que possuem iniciativa, vontades, exploram o seu próprio corpo e o ambiente e, a partir desse modo particular, constroem narrativas para compreender o mundo à sua volta. Nesse processo de interação com crianças, é fundamental a observação atenta e uma escuta sensível por parte do adulto que se relaciona com eles, para que sejam acolhidos nas suas singularidades e potencialidades. É possível identificar, a afetividade, as frustrações, as emoções e a resolução de conflitos.

Dentre as habilidades adquiridas no processo de aprendizagem da educação infantil estão: o desenvolvimento afetivo e social, o desenvolvimento de aspectos cognitivo, o desenvolvimento da coordenação motora fina e ampla e o desenvolvimento da linguagem, todas as relações sejam elas familiares, profissionais ou pessoais devem ser permeadas pela afetividade, pois os aspectos afetivos e cognitivos formam um par indissociável. Segundo a BNCC nesta etapa sua aprendizagem e seu desenvolvimento são assegurados por seis direitos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos conversam diretamente com os eixos estruturantes da educação infantil - interagir e brincar.

Durante décadas professores atuaram em salas de aula sem se preocupar com os aspectos afetivos, pelo simples fato de não conhecerem a importância da afetividade no processo de ensino. Essa invisibilidade do afeto foi se tornando escasso nas relações entre professor e aluno.

Nos dias de hoje, muitos estudiosos abordam o tema da afetividade enfatizando a sua importância no processo de ensino e aprendizagem colocando em evidência que o afeto contribui favoravelmente na aprendizagem dos alunos. Almeida, (1995, p. 42) diz: “A afetividade tem um papel imprescindível no processo de desenvolvimento da personalidade da criança, que se manifesta primeiramente no comportamento e posteriormente na expressão”.

A criança deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado.

A relação do afeto do educador com a criança é, portanto, o suporte do conhecimento, um elemento fundamental na sua prática pedagógica.

A afetividade na Educação Infantil torna se um recurso primordial para o desenvolvimento da criança, pelo simples fato de agir como agente facilitador no processo de sociabilidade e contribuindo diretamente no desenvolvimento cognitivo e social.

A criança que faz parte de um ambiente onde a afetividade está inserida se sente mais confiante nas suas atividades escolares e consegue participar ativamente de todas ou boa parte do que é proposto pelo



professor. Ela precisa conquistar seu espaço, porém antes precisa ser conquistada por ele. Esse espaço institucional tem que ser tranquilo, acolhedor, agradável, estimulante, afetuoso e prazeroso. Para Loris Malaguzzi, um dos idealizadores da experiência em Reggio Emilia, o espaço não é neutro. Nas suas palavras:

Valorizamos o espaço devido a seu poder de organizar, de promover relacionamentos agradáveis entre pessoas de diferentes idades, de criar um ambiente atraente, de oferecer mudanças, de promover escolhas e atividades, e a seu potencial para iniciar toda a espécie de aprendizagem social, afetiva e cognitiva. Tudo isso contribui para uma sensação de bem-estar e segurança nas crianças. Também pensamos que o espaço deve ser uma espécie de aquário que espelhe as ideias, os valores, as atitudes e a cultura das pessoas que vivem nele. (MALAGUZZI, 1984 apud GANDINI, 1999 p. 157).

Em qualquer circunstância o primeiro caminho para conquistar a atenção da criança em sala de aula ou nas atividades em grupo é o afeto, ele é o meio facilitador da educação. O professor que consegue utilizar dessa ferramenta chamada afetividade tem sucesso na sua prática pedagógica, pois consegue desenvolver a sua didática sentindo se estimulado e motivado para realizar um trabalho pedagógico de excelência.

A afetividade influencia no comportamento, no aprendizado e no desenvolvimento cognitivo da criança, pois durante o processo de aprendizagem ela começa a expressar suas emoções e seus sentimentos, direito de aprendizagem garantido na BNCC na educação infantil.

De acordo com as pesquisas foi possível constatar que a afetividade exerce forte influência no cognitivo e no desempenho da criança, pois quando ela se sente valorizada pelo professor e os colegas da turma ela tem a confiança de expor suas ideias abrindo horizontes para a aprendizagem acontecer naturalmente.

A construção do conhecimento e da própria subjetividade se dá através da interação com seu grupo social. É na interação com o mundo e com o outro que se constituem os sujeitos (VIGOTSKY, 2007). Sendo assim, os jogos e as brincadeiras devem ser inseridos em atividades, que estimulem a interação social durante o processo de ensino-aprendizagem, para a construção do conhecimento na educação infantil, tendo em vista que, as brincadeiras e as interações são eixos norteadores da prática pedagógica.

A educação infantil é considerada uma das mais importantes etapas da construção da personalidade e dos valores das crianças, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e preparados para transformar e melhorar a sociedade em que vivem.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DECNEI) (BRASIL, 2010), a brincadeira e as interações são consideradas eixos estruturantes das práticas pedagógicas da educação infantil. A criança pode aprender brincando através das interações com seus pares e com os adultos possibilitando conhecimento, desenvolvimento integral e socialização. As atividades com brincadeiras e jogos estimulam a imaginação, possibilitam o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social.

Com as brincadeiras as crianças conseguem se expressar por meio de desenhos, atitudes e palavras,



sendo assim a brincadeira é considerada a cultura da infância em que a criança se relaciona, interage e se transforma.

O lúdico para crianças com necessidades educacionais especiais, surge como forma de auxiliar no desenvolvimento dessas capacidades, em busca de uma educação de qualidade e inclusiva. A integração dessas crianças depende da oferta de oportunidades para despertar seu interesse e suas potencialidades.

É preciso que as propostas pedagógicas sejam adequadas as suas condições, assim como os brinquedos devem ser coloridos e versáteis, com texturas e formas diferentes, seguros e que estimulem a criatividade; assim as crianças desenvolvem a coordenação motora, a atenção, os movimentos ritmados, os aspectos psicológicos, sociais e afetivos, aprendem a conviverem uma com as outras, aceitando e respeitando suas diferenças, independente que sejam crianças com necessidades educacionais especiais ou não.

Os jogos de faz de conta são muito interessantes para as crianças, pois permitem que elas se expressem com seus pares utilizando a criatividade, a imaginação e desenvolvendo o cognitivo, por meio do desempenho de diversos papéis, que criam possibilidades de se sentirem inseridas no mundo dos adultos, além de começarem a enfrentar e controlar seus medos e ansiedades. Para Almeida (1995) “o ato de brincar constitui provavelmente a matriz de toda atividade linguística, ao tornar possível o uso da fala, do pensamento e da imaginação.”

Os jogos de motricidade estão ligados ao desenvolvimento motor das crianças, o qual se desenvolve de forma natural durante toda infância, alguns exemplos de atividades para incentivar o desenvolvimento da motricidade ampla são: correr em linha reta, correr livremente, correr sem bater em barreiras, se equilibrar em apenas um pé; já atividades como: brincar de massinha, utilizar tesoura, jogar bola no cesto desenvolvem a motricidade fina.

Brincadeira com objetos não estruturados possibilita as crianças transformarem objetos em algo divertido, por exemplo, uma caixa em um carro. Esses objetos são importantes, pois eles proporcionam a imaginação e a criatividade.

A condição financeira das famílias foi ainda mais agravada pela pandemia da Covid-19, com perda do emprego, o temor em contrair a doença, riscos com a insegurança alimentar são aspectos que estiveram presentes na vida das famílias durante a pandemia (TAVARES; DE LIMA PESSANHA; MACEDO, 2021).

O estudo supracitado ocorreu na região de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro e traz à baila o problema do acolhimento em regiões mais carentes, definidas por questões econômicas, nestes locais é comum a criança frequentar outros espaços como a casa das avós, tios e parentes próximos, este isolamento social trouxe problemas precarizando as crianças e as tornando mais suscetíveis a fragilidade emocional, sem dizer que neste período as creches e pré-escolas ficaram fechadas por um tempo.

Para Da Silva Monteiro e Rinco Dutra Pereira (2020), o acolhimento é um processo que denota



empatia, cuidar uns dos outros, disposição para doar e receber carinho, isto exige dedicação e tempo, nesta perspectiva do tempo propõe que o planejamento seja mais realista do que futurista, pois é preciso trabalhar valores e reduzir as máculas que a pandemia deixou.

Este processo tem que ser bem planejado e envolve tanto pais, escola, sociedade, mídias digitais, os adultos normalmente sabem lidar com suas emoções, já as crianças não, precisam de uma atenção especial, pois são grandes observadoras e abstraem a realidade com muita facilidade, assim as instituições e pais ocupam um papel fundamental para minimizar os efeitos sem desconsiderá-lo, isso significa saber comunicar com as crianças (SAXENA; SAXENA, 2020).

Linhares e Enumo (2020) elucida que os aspectos mais recorrentes no trato da pandemia foi explicitamente a saúde fisiológica, porém debruça-se na tese de que as crianças embora estejam em uma faixa de risco menor quando se trata destes aspectos, do ponto de vista psicológico são muito vulnerais, ainda discorre que negar a realidade pode ser prejudicial para as crianças, mas dramatizar a pandemia pode ser também devastador para a saúde mental, tonificar demais a negatividade não faz bem, se torna um elemento de estresse tóxico.

O distanciamento social, o compartilhamento de objetos que foram afetados, faz parte das metodologias da educação infantil, além das perdas sofridas, tudo isto compreende o escopo do retorno as aulas pós-pandemia (PASCHOAL et al., 2022). De acordo com Santos (2020, p.1), “rede de ensino e professores se esforçarão continuamente nas atividades escolares”, porém ainda temos uma educação em que as atividades de escrita se sobrepõem as interações sociais e uma educação infantil de qualidade.

Os achados de De Castro, Vasconcelos e Alves (2020) que pesquisaram as narrativas geradas em um grupo de WhatsApp Messenger em uma creche na cidade de Fortaleza com crianças de 4 anos, indica que as interações devem ser observadas como eixo estruturante das atividades pedagógicas. Isso denota a dificuldade de manter as interações sociais no estudo remoto.

Sublinha-se o estudo de Han (2017), em seu livro a Sociedade do cansaço, determina um novo marco de paradigma para as enfermidades, em um breve histórico traz a era das bactérias que foram curadas com antibióticos, depois do sistema imunológico e hoje vivemos a era da positividade que é tratada como uma violência neural, reproduzida pela superprodução, superdesempenho ou supercomunicação.

No retorno das aulas, a tentativa de recuperar conteúdos de maneira a reduzir o tempo, pode ser extremamente reproduzido meramente em uma lógica capitalista, dando impressão que o tempo perdido é como a perda de um ente querido, por isso, você perdeu parte da sua vida.

Na tentativa de oferecer de alguma forma aos estudantes um conforto “acadêmico”, surge a discussão das atividades remotas na educação infantil, viu-se que as atividades descaracterizaram a educação infantil, esta afetividade, o trabalhar coletivo, a facilidade e condições de acesso e outros não podem ser conquistados meramente com o uso da tecnologia, embora esta não pode ser subestimada, mas não consegue cobrir toda



a função da educação infantil (TAVARES; DE LIMA PESSANHA; MACEDO, 2021). A pesquisa de Buchanan, Hargreaves e Quick (2022), ao partirem de um estudo de 5 anos que analisava crianças com baixo desempenho e depois analisou este mesmo grupo na pandemia, neste aspecto temporal tem um recorte do ensino presencial e o remoto, o que se conclui é que a percepção das crianças sobre o ensino foi alterada, perderam a oportunidade de fazer parte da socialização, estrutura e propósito que é algo bem maior. Desta forma o ensino remoto não totaliza todos estes pontos.

Fazendo um paralelo entre Tavares, Lima Pessanha e Macedo (2021) e Ribeiro e Clímaco (2020, p. 108), defluiu-se duas abordagens diferentes, uma mais social e outra mais estrutural no que tange a formação docente, ratifica com esta visão Silveira (2021), que por meio de um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis apontou para a dificuldade em integrar as tecnologias digitais ao planejamento pedagógico.

A primeira aponta para o prisma da educação infantil quanto formação coletiva, afetiva e a outra a tecnologia incorporada para atender a demanda das mudanças do mundo. Para Ribeiro e Clímaco (2020) pós-pandemia o debate sobre o uso da tecnologia e sua inserção na educação infantil será fortalecido. Os dois estudos analisados compartilham da importância da presencialidade. Neste sentido é basilar compreender que tecnologia é diferente de modalidade EAD, muitas vezes há uma metonímia na aplicação da tecnologia, ou seja, usar a tecnologia é mesma coisa que EAD.

Reforça-se a tese de que as tecnologias podem alcançar diversas culturas, locais, museus e outros, podendo ser parceira da educação infantil, quanto ao local de utilização desta tecnologia a modalidade presencial demonstrou-se mais adequada para a educação principalmente em países muito desiguais, como o caso brasileiro.

De acordo com Calejon e Brito (2020), a tecnologia na educação como os jogos são muito utilizados, quando propõe esta reflexão, os autores brindam ao pontuar que tecnologia não é somente as digitais. Sendo assim, tecnologia pode ser compreendida como processo, pessoas, materiais com um propósito específico. A isto Candau (1979) complementa com a inovação, criar coisas novas ou melhoradas na educação. Todavia chama a atenção para outro contraste das tecnologias, quando usada como forma de poder pelos poderosos e aí estaria no campo das manipulações.

Em relação às tecnologias digitais os dados apontam que 87% dos jovens têm acesso a internet na rede pública, ainda não é a realidade para 4,8 milhões deles, os que têm acesso apontam problemas como a qualidade da conexão, o acesso nem sempre ocorre por computador o que seria melhor para os estudos, entre os que não têm acesso usam o da escola e locais em que liberem o sinal¹. Para Calejon e Brito (2020), esta é a parte do pandemônio que a pandemia só transpareceu para a sociedade.

¹ Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa>>. Acesso em 22 de fev. 23



Um estudo preliminar de Koslinski e Bartholo (2021) realizado na pré-escola em 77 unidades educacionais com 2.070 crianças, com diferentes perfis socioeconômicos, mostra desigualdade de oportunidades e aprendizagem podendo culminar em um aumento da desigualdade futura. Ainda pondera que esta união de fatores de acesso a internet e perfil socioeconômico são desafiadores para pensar o ensino remoto, mesmo nas escolas privadas observou-se a falta de interesse pelas aulas online observadas pela ausência dos estudantes, menos que metade da sala participava das atividades.

Ainda conforme os autores supracitados, o acesso a internet e o contato síncrono são apenas parte do desafio para engajar a comunidade, por se tratar de estudos preliminares não concluíram os motivos que levam os estudantes a terem desinteresse pelas atividades remotas.

Um outro eixo de análise que pode desvelar os fatores da baixa participação, encontra-se em Laguna et al. (2021), na pandemia a escola foi transferida para as residências, os pais sem preparo para ensinar os filhos e muitos trabalhando no home office, este cenário trouxe estresse, medo, frustração que foram declaradamente perceptíveis, podendo ter causado problemas de saúde mental. Entretanto este cenário tem variáveis que mudam a dedicação dos pais, quando os filhos estudam em escola pública, quando são menos autônomos, quando o nível de escolaridade dos pais é inferior e quando o tempo escolar online é maior, os pais aumentam o tempo de dedicação aos filhos (RIBEIRO, 2021).

Esta espécie de *Homeschooling*, só tonificou o debate que se trata de um discurso fundamentalista baseado em interesses políticos e religioso, pois do ponto de vista da educação, a ênfase deste tipo de escola é dada quanto aos conteúdos e não nas relações sociais. Nos estudos pautados nesta discussão, um dos maiores impactos foi o distanciamento social, causando problemas de saúde mental (CECCHETTI; TEDESCO, 2020).

Como a contaminação por Covid-19, ocorre por vias coletivas, às escolas poderiam ser um grande foco de disseminação da doença, nasce o debate das medidas de contenções da proliferação da doença e o reconhecimento da educação como serviço essencial e trabalhadores essenciais para que as atividades fossem restabelecidas com prioridade (LEVINSON; CEVIK; LIPSITCH; 2020).

Na visão de Sahlberg (2020), embora alimentemos a esperança de que pós-pandemia iremos transformar a educação, há uma pequena esperança de que isto ocorra, a pandemia escancarou a desigualdade social e educacional; corrigi-las seria importante e por fim, o que se presenciou é que a lógica do aprender em casa é a mesma, consumir informação e conhecimento.

Essa afirmação com base nos achados supracitados, poderia esculpir a mudança na própria postura do jovem que experimentou a dificuldade, a importância de viver coletivamente, isto provocou uma mudança de comportamento, ser mais flexível, resiliente com mais responsabilidade social uns com os



outros (CHILD, 2020)². Essa postura do jovem, o agir local para ajudar outras pessoas ou o seu grupo de relacionamento, o protagonismo quanto agente de transformação pode trazer esta pouca esperança da mudança.

No Brasil a subcomissão temporária para acompanhamento da educação na pandemia, formulou um documento de diagnóstico e prognóstico³. Os principais pontos discutidos foram:

- O acesso educacional: assegurar educação para todos e priorizar os programas de busca ativa;

Entre as famílias mais pobres, apenas 24,4% das crianças estão nas creches⁴, em valores absolutos representa 1,5 milhões de crianças fora da creche⁵. Outros riscos inerentes estão associados a judicialização, aumentando a quantidade de crianças por escola, ampliando a tensão na hora da alimentação, troca dos bebês e outros problemas emocionais causado nos professores como frustração (MENINGUE, 2020). O próprio estado por meio da constituição reconhece a universalização da educação, mas reproduz historicamente as desigualdades percebidas no acesso e na comparação entre as escolas públicas e privadas.

- Permanência na Escola: criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança sanitária, oferta de alimentação e transporte de qualidade, e política de acolhimento socioemocional;

A vulnerabilidade social recrudescer na pandemia e ampliou a evasão, a busca ativa por meio do contato telefônico, WhatsApp e as visitas foram estratégias adotadas para minimizar os impactos da evasão (DORO, 2023). Um estudo produzido pelo Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas – UNICEF, aponta que entre jovens de 11 a 19 anos, a evasão representa 11% no Brasil, o que corresponde a 2 milhões de jovens evadidos da escola.⁶

- Recomposição da Aprendizagem: promover medidas com vistas à superação do déficit educacional acarretado pela pandemia, com aumento da oferta de educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente;

Para a educação infantil é uma questão bastante complexa, quando o foco é o conteúdo, tem-se como agravante a descaracterização epistêmica da educação infantil, o distanciamento social pode ter prejudicado as relações socioafetivas, até que medida a utilização das tecnologias realmente contribuíram para o desenvolvimento infantil, ainda não é conclusivo (TAVARES; PESSANHA; MACEDO, 2021). Nas

² Disponível em: <CHILD, The Lancet. Pandemic school closures: Risks and opportunities. The Lancet. Child & Adolescent Health, v. 4, n. 5, p. 341, 2020.>. Acesso em 22 de fev.23

³ Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/12/08/pauta.pdf>>. Acesso em 22 de fev.23

⁴ Disponível em:< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso>>. Acesso em 22 de fev.23

⁵ Disponível em:<<https://noticias.r7.com/educacao/15-milhao-de-criancas-estao-fora-das-creches-no-pais-aponta-estudo-02072020>>. Acesso em 22 de fev.23

⁶ Disponível em: <



palavras dos autores supramencionados, é muito mais complexo do que encher o estudante de conteúdo. Freire (2019), denomina isto de educação bancária. Vê-se ainda como isto está enraizado na cultura educacional, como se o conteúdo fosse a questão principal, reduzindo a importância das inteligências múltiplas apontadas por Gardner (1995).

- Conectividade: garantir acesso a dispositivos e equipamentos com conexão de alta velocidade à internet aos estudantes e professores da rede pública de ensino;

Conforme Almeida Silva (2023), a tecnologia esteve distante dos estudantes e professores na educação infantil, a desagregação da união entre família, escola e sociedade criou um clima de conflito, em que uns culpam os outros pela educação e não procuram somar, agregar e sim agredir.

Ainda conforme a autora é extremamente danoso este pensamento no sistema educacional, é um erro imaginar que as mazelas da sociedade, os problemas da família não exercerão impacto sobre os estudantes, neste sentido tem seu escopo calcado na pedagogia social, a partir da compreensão da relação entre estes três atores criam-se estratégias para adensar uma visão social, de carinho, preocupação e união em torno do estudante.

A infraestrutura exerce influência sobre a motivação da comunidade acadêmica, a poucos estudos que se assentam sobre esta questão. O estudo de Soares, Castro e Andrade (2021), mostra a distância da escola do campo e urbana, a escola do campo apresenta uma infraestrutura inferior do que as escolas urbanas, isto remete a ideia de que o mesmo estudante, na mesma rede tem recursos diferentes dependendo do local em que estuda.

O estudo de Duarte, Gargiulo e Moreno (2011), um estudo realizado em 16 países com 200 mil estudantes, identificou que escolas com melhores infraestruturas promovem uma maior motivação no estudante.

Desta maneira, a infraestrutura exigiu adaptações, mas não foi semelhante em todas as escolas, porque há escolas com estrutura inadequada mesmo antes da pandemia. O que se apresenta é um verdadeiro descaso com a educação Brasileira, um corte de 96% na educação infantil para 2023⁷, é inenarrável a insensatez, o absurdo que é privar as crianças de frequentarem as creches, garantir orçamento é fundamental para restabelecer a qualidade da educação infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos pós-pandemia no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil evidencia a complexidade dos desafios enfrentados por educadores, famílias e gestores escolares. O período de isolamento social rompeu com a rotina estabelecida nas instituições de ensino, afetando profundamente

⁷ Disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/922168-comissao-debate-corte-de-96-no-orcamento-da-educacao-infantil-em-2023/>> . Acesso em 25 de Fev.23



o desenvolvimento integral das crianças, especialmente no que diz respeito às interações, à afetividade e à construção do conhecimento por meio do brincar e da convivência.

Com o retorno às aulas presenciais, tornou-se evidente a necessidade de ressignificar práticas pedagógicas, repensar os ambientes escolares e fortalecer os vínculos entre todos os atores envolvidos no processo educativo. As crianças retornaram à escola com diferentes vivências, marcadas por contextos de desigualdade, insegurança, medo e, muitas vezes, privações emocionais e cognitivas que dificultaram o processo de readaptação.

Nesse sentido, a educação infantil pós-pandemia passou a demandar ações mais acolhedoras, sensíveis e centradas na criança como sujeito de direitos. A escuta atenta, o respeito aos ritmos individuais e a valorização da ludicidade emergem como elementos indispensáveis à reconstrução de um ambiente de aprendizagem saudável, seguro e propício ao desenvolvimento pleno.

A pandemia também revelou a importância da integração entre escola e família, uma vez que o espaço doméstico assumiu um papel educativo emergencial. Essa aproximação, apesar das dificuldades, evidenciou a potencialidade da corresponsabilidade no cuidado e na formação das crianças, aspecto que pode e deve ser fortalecido no contexto pós-crise como estratégia de apoio mútuo.

Outro aspecto relevante observado foi a urgência em garantir condições estruturais e materiais adequadas às instituições de ensino infantil. A pandemia escancarou as desigualdades no acesso a recursos pedagógicos, tecnológicos e de infraestrutura, o que impactou diretamente a qualidade da experiência educacional das crianças, sobretudo das mais vulneráveis.

Para que a educação infantil avance em direção a práticas mais equitativas e eficazes, é fundamental a construção de políticas públicas que reconheçam a especificidade dessa etapa, assegurando investimentos contínuos em formação docente, materiais didáticos, espaços físicos apropriados e estratégias de acolhimento emocional. A reconstrução do cotidiano escolar exige mais do que retorno físico; requer intencionalidade pedagógica, cuidado ético e compromisso com a infância.

A superação das perdas e lacunas geradas pela pandemia exige tempo, paciência e ações intersetoriais. O trabalho colaborativo entre educadores, famílias, especialistas e comunidade torna-se essencial para restaurar a confiança, promover o bem-estar infantil e assegurar o direito à aprendizagem significativa, com base no respeito, na escuta e na participação ativa das crianças.

Nesse processo, a valorização da afetividade no ambiente escolar assume papel central. O vínculo estabelecido entre educador e criança é o alicerce que sustenta a aprendizagem, a autonomia e a construção da identidade. As emoções, quando acolhidas e respeitadas, tornam-se aliadas da cognição, favorecendo a elaboração de experiências mais ricas e transformadoras.

A escola, como espaço de socialização e cultura, deve continuar sendo um lugar de pertencimento, escuta e descoberta. Para isso, é preciso garantir que o currículo da educação infantil incorpore práticas que



dialoguem com as realidades vividas pelas crianças durante e após a pandemia, sem desconsiderar as marcas deixadas por esse período.

Por fim, é necessário compreender que os impactos da pandemia na educação infantil não se limitam ao presente. Eles projetam consequências a médio e longo prazo, que precisarão ser acompanhadas, avaliadas e enfrentadas de forma contínua. O compromisso com uma educação de qualidade requer sensibilidade às transformações sociais e disposição para inovar sem perder de vista os princípios que norteiam a infância como fase essencial do desenvolvimento humano.

Assim, a reconstrução da educação infantil no pós-pandemia deve ser guiada por uma perspectiva humanizadora, inclusiva e reflexiva, que reconheça a singularidade de cada criança e promova sua formação integral.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. *Psicologia da educação: o afeto na aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ALMEIDA SILVA, M. *Tecnologia, afeto e vínculo: os desafios da educação infantil no pós-pandemia*. São Paulo: Autêntica, 2023.
- BITTENCOURT, R. F. O colapso social e a ausência de políticas públicas na pandemia. *Revista Educação em Debate*, v. 12, n. 3, p. 221-235, 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- BUCHANAN, R.; HARGREAVES, L.; QUICK, B. *Childhood Interrupted: Five-Year Longitudinal Study*. London: Cambridge Press, 2022.
- CALEJON, M. R.; BRITO, G. R. Tecnologias e educação infantil: interfaces e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. 1-16, 2020.
- CANDAU, V. M. F. *Educação e poder: saberes em disputa*. São Paulo: Cortez, 1979.
- CECCHETTI, D. M.; TEDESCO, J. C. Educação, saúde mental e pandemia: um olhar crítico. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 6, n. 2, p. 45-59, 2020.
- CHILD, S. *Educação para a responsabilidade: juventude e protagonismo social no pós-COVID*. New York: Springer, 2020.
- CHURA, E. M.; HUAYANCA, M. A.; MAQUERA, R. A. *Las inteligencias múltiples en la educación infantil*. Lima: Universidad Nacional, 2019.
- DE CASTRO, A. G.; VASCONSELOS, T. S.; ALVES, M. N. Narrativas pedagógicas em tempos de pandemia: um estudo com crianças de 4 anos. *Revista Infância e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 89-102, 2020.
- DA SILVA MONTEIRO, E.; RINCO DUTRA PEREIRA, A. C. Acolhimento e empatia na escola: resignificando vínculos após a pandemia. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 3, p. 1-20, 2020.
- DORO, C. L. *A evasão escolar na pandemia: desafios e estratégias de enfrentamento*. Relatório Técnico, Senado Federal, 2023.
- DUARTE, J.; GARGIULO, C.; MORENO, M. *Infrastructure and Motivation in Schools: Evidence from 16 Countries*. OECD Working Papers, n. 42, 2011.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GANDINI, L. Educational and caring spaces in Reggio Emilia. In: EDWARDS, C. et al. (Org.). *The hundred languages of children: The Reggio Emilia approach*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1999. p. 161-178.
- GARDNER, H. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 1995.



HAN, B. C. A sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2017.

KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L. Educação infantil em tempos de pandemia: acesso e desigualdade. Cadernos de Pesquisa, v. 51, n. 180, p. 124-143, 2021.

LAGUNA, M. F. et al. Educação e saúde mental na pandemia: os impactos do ensino remoto nas famílias. Revista Psicologia & Educação, v. 24, n. 1, p. 45-60, 2021.

LEVINSON, M.; CEVIK, M.; LIPSITCH, M. Reopening primary schools during the pandemic. New England Journal of Medicine, v. 383, p. 981-985, 2020.

LINEHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Saúde emocional das crianças em tempos de pandemia: um olhar necessário. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, n. 1, p. 57-65, 2020.

MACEDO, L. Ensino e aprendizagem na educação infantil: entre o cuidar e o educar. Revista Educação Infantil em Foco, v. 2, n. 1, p. 45-58, 2006.

MENINGUE, A. P. Diagnóstico da educação infantil brasileira e o impacto da pandemia. Senado Federal, Subcomissão Temporária da Educação, 2020.

MORO, A. L. S.; SOARES, T. M.; CASTRO, D. S. Infraestrutura escolar no campo e na cidade: uma análise comparativa. Revista Espaço e Educação, v. 31, p. 11-25, 2021.

OLIVEIRA, C. M.; NETO, J. A.; OLIVEIRA, R. P. Ensino remoto na educação infantil: desafios e superações. Revista Ensino e Pesquisa, v. 7, n. 2, p. 44-55, 2020.

PASCHOAL, E. C. et al. Educação infantil em tempos de pandemia: práticas, limites e possibilidades. Revista Educação e Contemporaneidade, v. 29, n. 1, p. 98-115, 2022.

RIBEIRO, D. M. Família e ensino remoto: mediação pedagógica no contexto pandêmico. Revista Interação, v. 11, n. 1, p. 79-91, 2021.

RIBEIRO, L. M.; CLÍMACO, A. P. M. Tecnologias na educação infantil: reflexões em tempos de pandemia. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 13, n. 32, p. 107-120, 2020.

SAHLBERG, P. Post-pandemic hope for education: will schools change? Journal of Educational Change, v. 21, p. 321-336, 2020.

SANTOS, A. J. Educação em tempos de pandemia: entre o cuidado e o conteúdo. Revista Educação em Debate, v. 12, n. 2, p. 1-10, 2020.

SAXENA, R.; SAXENA, A. The emotional well-being of children during COVID-19: communication is key. Journal of Child Psychology, v. 8, p. 21-35, 2020.

SERRÃO, M. I. et al. A pandemia e a invisibilidade da primeira infância nas estatísticas. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 2, p. 1-9, 2021.

SILVA, F. R.; SILVA, T. A. Qualidade na educação infantil: um estudo de caso em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 101, n. 259, p. 85-100, 2020.



SILVEIRA, R. P. Educação infantil em tempos de pandemia: relato de experiência na rede municipal de Florianópolis. *Revista Práticas em Educação Infantil*, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2021.

SOARES, T. M.; CASTRO, D. S.; ANDRADE, R. F. A infraestrutura como fator de desigualdade educacional entre escolas urbanas e rurais. *Revista Espaço e Educação*, v. 31, p. 11-25, 2021.

TAVARES, C. A.; DE LIMA PESSANHA, R.; MACEDO, M. A. Educação infantil e pandemia: impactos e possibilidades. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 44, p. 90-113, 2021.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.